safra (no período 1970-78, o índice de variação estacional médio dos abates do mês de maio – pico da safra – foi 160 contra 60 em outubro, mês de menores abates). Outras sutilezas ainda envolvem a política oficial de estocagem. A COBAL não tem controle (posse) físico da carne adquirida pois, na verdade, o sistema funciona na base do acordo. De um lado, os frigoríficos se comprometem a atender a determinados mercados a preços estipulados pelo governo, tanto na safra como na entressafra. A contrapartida oficial envolve a destinação de crédito às indústrias. Na hipótese de tais empresas alegarem, como de praxe, aperto financeiro após março (época de intensificação da safra), criando obstáculos à aquisição de todos os animais prontos para abate, ter-se-á cristalizado um importante elemento de pressão para o recebimento, em maior escala, da referida contrapartida. Em todo caso, o que não deve ocorrer é a simples diminuição de abate motivada pelo fato de a COBAL não estocar carne congelada para distribuição na próxima entressafra.

Na verdade, para a formação de estoques reguladores de carnes não se dispõe de uma quantidade apreciável de carnes substitutas à bovina. Dessa forma, não se justifica o excesso de otimismo, revelado ultimamente, com relação à possibilidade de se estocar carne ovina. No Rio Grande do Sul (55% do rebanho de ovinos do país), estudos da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola projetam a produção de carne ovina para 1980 em 32.548 t e, para 1985, em 38.330 t. Vê-se, pois, que a produção atual é pouco significativa, representando apenas cerca de 1,5% da produção de carne bovina. Além disso, as perspectivas futuras desaconselham otimismo para com a participação desse tipo de carne no abastecimento nacional. O estudo revela, ainda, que aproximadamente 30% dessa produção se destina ao auto-consumo e que 95% do rebanho gaúcho tem na lã a sua principal atividade (cerca de 70% da produção de carne provém do descarte de animais dentro desta especialização).

Por último, deve-se considerar a recente investida do governo em condicionar ao regime de "draw-back" a exportação de carne industrializada. O sistema já foi adotado em anos anteriores, mas não em uma conjuntura de preços como a atual, quando a arroba de boi gordo, na Argentina, é cotada em Cr$ 1.450,00. O Brasil conseguiu o mercado de carne industrializada na década de 70, e sua manutenção deveria ser vista pelos pecuaristas como um fortalecimento da demanda por bovinos, dentro de uma perspectiva de aumento da participação futura do país no comércio internacional de carne. Restringir estas vendas, hoje, pode comprometer o ganho de parcelas adicionais desse mercado. No momento, não há condições para se operar dentro do "draw-back", e a carne industrializada a ser exportada deverá mesmo sair da produção nacional, o que significa, aos números do ano passado, redução de cerca de 80 mil t de carne no mercado interno e contribuição de cerca de US$ 120 milhões para a balança comercial ●

LEITE

Remuneração ao produtor cai em termos reais

A política de preços de leite, implementada nos últimos anos, vem sendo considerada pelo setor como altamente desestimulante. Na verdade, verifica-se que, de um modo geral, os reajustes concedidos dentro dessa política não têm proporcionado uma remuneração justa ao produtor, mantendo-se sempre defasados em relação à escalada inflacionária.

De outubro de 1974 a julho de 1978, o valor real do litro de leite sofreu uma queda de 2%. Estendendo tal período até a data do último reajuste, ou seja, novembro de 1979, a queda do valor real fica em torno de 5%. Atualmente, à medida

que a concessão de um novo reajuste vai sendo adiada, deteriora-se mais ainda o poder de compra do produtor. Desse modo, a almejada capitalização do setor não se consuma, principalmente nas pequenas e médias propriedades de onde provém o grosso da produção.

Vez por outra, a política se mostra menos madrasta, como em 1977, quando foi concedida uma majoração de 52%, acima da taxa inflacionária do período. Na época, esse reajuste colocou os preços, em termos reais, 4% acima das cotações de outubro de 1974 que, por sua vez, haviam-se desvalorizado 12% até março de 1977, quando da concessão da primeira parcela do reajuste. Mas o ano de 1977 foi marcado por graves crises de abastecimento de leite C, tendo as importações de leite em pó ultrapassado a casa das 40 mil t. Em 1980, aparentemente, caminha-se na mesma direção.

Além do preço nada atrativo recebido pela matéria-prima, o produtor ainda tem que arcar com os custos do frete, em alta constante em face da crise energética. É relevante mostrar, contudo, que o subsídio ao transporte, retirado em fins do ano passado, não beneficiava o produtor mas tão somente a indústria no chamado segundo percurso, ou seja, da usina de recepção ao grande centro urbano consumidor. Além disso, esse diferencial fazia com que, muitas vezes, o consumidor do interior se visse privado do produto, tendo em vista que, pela razão mencionada, uma maior parcela do leite produzido era destinada às capitais.

Diante desse quadro desestimulador, é sintomático, pois, que o governo não se mostre sensível às ameaças da classe produtora de cessar a atividade leiteira. Obviamente, é difícil acreditar na desativação de um setor de imensurável importância para o abastecimento do país. Despreocupar-se, no entanto, com o fato de que essas manifestações não possam-se traduzir em menor oferta de leite à população seria perigoso, porque a estrutura mista do rebanho brasileiro dá base a essa possibilidade.

Excluindo-se regiões como o Vale do Paraíba, em São Paulo, e o Sul de Minas Gerais, que possuem um rebanho mais especializado na produção de leite, a realidade do rebanho do país é outra. A título ilustrativo, somente em Minas Gerais, o rebanho misto representa 25% da população bovina do estado, facultando ao produtor a opção de ofertar leite à usina ou engordar o bezerro. Isto quer dizer que ante perspectivas desfavoráveis para o mercado leiteiro e remunerativas para o de carne, uma parcela da produção de leite pode ser subtraída do mercado, em favor da produção de carne. A relação de preços entre os dois produtos constitui, pois, um fator a influenciar permanentemente as decisões do produtor de leite.

Em 1974, no auge do ciclo pecuário anterior, quando a demanda de carne era reforçada pelo mercado externo, o preço relativo carne/leite(*) chegou a 8,91. Em 1976, tal relação caiu para 5,62, em meio à crise do mercado de carne bovina. Em 1979, ocorreria a recuperação da carne, com o preço relativo atingindo 9,17, o maior verificado até então. Como se vê, a vantagem comparativa para a produção de carne é evidente. E como oferta e demanda estão praticamente em equilíbrio, as menores oscilações que venham a ocorrer no mercado poderão gerar problemas de abastecimento de leite.

Especificamente no caso das bacias leiteiras, como a de Goiás, localizadas longe dos grandes centros consumidores, o custo elevado do frete reforça as vantagens comparativas da produção de carne. Naquele estado, quando o preço do leite era tabelado a Cr$ 7,50 por litro, a faixa de preços recebidos pelo produtor oscilava entre Cr$ 5,00 e Cr$ 7,00/l uma vez que sôbre ele incide tal encargo. Com base nesse exemplo, torna-se evidente que o redirecionamento do setor produtivo, em alguns casos induzido por medidas governamentais, pode comprometer o

(*) Calculado da seguinte forma: preço do kg do animal vivo sobre o preço do litro de leite, ambos a nível de produtor.

abastecimento de leite dos grandes centros. Para se ter uma idéia da magnitude do problema, basta dizer que uma única empresa de São Paulo coleta diariamente, em Goiás, 250 mil l de leite.

Outro aspecto de influência imediata na oferta de leite é o valor que a fêmea alcança, quando levada ao abate. Os ventres férteis subtraídos do rebanho nacional, nos últimos anos, tiveram certamente influência na produção de leite, devido à extensão do rebanho misto no país. Recorde-se que em 1977, ano de crise no abastecimento do leite, os preços eram desanimadores tanto para carne quanto para leite, tendo ocorrido, por essa razão, matança de fêmeas acima da taxa normal de reposição.

Atualmente, não se pode assegurar que tenham totalmente desaparecido as causas financeiras que levaram ao sacrifício de fêmeas. Dados do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo revelam que, em novembro de 1979, uma fêmea de 13 arrobas obtinha um preço médio de Cr$ 12.500,00, nos matadouros paulistas. Para o mesmo mês, cotação média da vaca leiteira de baixa produtividade (até 5 l/dia) era de Cr$ 12.600,00; de Cr$ 16.682,00 para a produtividade de 5-10 l/dia e de Cr$ 21.497,00, para produtividade acima de 10 l/dia. Em função desse baixo rendimento láctico e alcançando o mesmo valor para abate, as vacas de baixa produtividade podem obviamente ganhar o rumo dos frigoríficos. A conclusão a que se chega é que, pelo fato de ser o rebanho leiteiro ainda constituído de vacas de baixo rendimento, a atratividade do abate torna-se uma permanente espada de Dâmocles sobre o abastecimente interno de leite.

Por outro lado, o rígido controle de preços do leite pasteurizado, em virtude de seu peso no índice de custo de vida, tem levado o mercado a assistir à implementação de medidas paliativas, ao invés de soluções de longo prazo. E, na maioria das vezes, essas medidas visam a atender a interesses de segmentos mais fortes do setor, como a indústria de transformação, ou satisfazer à parte do setor de produção leiteira que se dedica ao leite B, numa tentativa de provê-lo de maior rentabilidade.

Assim, o consumidor conta, durante parte do ano, com o leite tipo C normal, isto é, com 3% de gordura, mas que passa inopinadamente a ter 2% de gordura em outra época. Outrora, essa redução do teor de matéria gorda se restringia à entressafra. Na temporada atual, no entanto, ela se faz presente em plena safra. A justificativa para a mudança do teor de gordura é variável. Ora baseia-se na necessidade de reposição dos estoques de manteiga da indústria (em 1978, trocou-se manteiga por leite em pó, esvaziando os estoques de manteiga do país), ora na exigência de matéria gorda para reidratar o leite em pó na entressafra. No entanto, a medida evidencia mais um expediente para manter a margem de comercialização da indústria sem alterar o preço ao consumidor, a fim de evitar pressão maior nos índices inflacionários. Registre-se, no entanto, que o valor da gordura retirada do leite (Cr$ 0,31/l) não é repassado ao produtor.

Pelo leite B, que não difere substancialmente do tipo C normal (3% de gordura), o criador que se dedica à sua produção (geralmente concentrada em São Paulo) recebe um pagamento unitário maior, alcançando seu preço, no varejo, o dobro do tipo C. A produção de leite B, em 1979, aumentou 114% em relação a de 1978, enquanto o leite C (3% de gordura) decrescia 20% e o tipo C (2% de gordura) quadruplicava para 363 milhões de litros. A diminuição do teor de gordura, além dos malefícios causados à população de baixa renda, ao ser obrigada a consumir um leite mais fraco, só tem beneficiado os produtores de leite B.

A reconstituição de leite, que passou de 113 milhões de litros em 1974, para 647 milhões de litros, em 1978, proporciona uma vantagem à indústria pela diferença de preço da matéria-prima para estocagem na safra, e o preço de sua venda quando reidratado. Pelo sistema atual, estabele-

cido pelas indústrias, de pagamento através de quotas mensais de acordo com o histórico de entrega de cada produtor,este recebe preço de tabela pela entrega dentro da quota,durante o ano,e um preço menor pelas entregas extra-quota, que ocorrem geralmente na safra. Desse modo, a indústria acaba pagando um valor médio por litro abaixo da tabela. Em São Paulo, segundo o IEA, no período novembro 1978 a junho de 1979, o preço médio pelo leite entregue dentro da quota foi de Cr$ 4,25/litro, enquanto o produto excedente foi entregue à base de Cr$ 3,16/litro. Tal diferença de preço não é considerada quando o produto chega ao consumidor, ao qual é vendido a preço único e com o teor de gordura de 2%.

A safra atual não transcorre dentro da normalidade esperada. Estima-se que haverá uma redução no volume de leite em face da precária recuperação das pastagens do sul de Minas e parte de São Paulo, atingidas por forte geada em 1979. Além disso, é marcada pelo descontentamento do produtor quanto ao preço do produto. A redução na produção, seqüela da geada, tem servido de fundamento às manifestações reivindicatórias do produtor. Sendo assim, o fator preço deve contribuir para uma menor coleta de leite.

De imediato, pode-se prever o agravamento do abastecimento de entressafra, uma vez que será difícil estocar 35 mil toneladas de leite em pó, previstas anteriormente, podendo novamente serem acionadas as importações para evitar uma crise no mercado no segundo semestre. Normalmente, as importações são efetuadas da Comunidade Econômica Européia, mas os níveis mais baixos dos estoques de leite em pó, existentes naquela região, não favorecem as importações. Isto porque das 970 mil toneladas de leite em pó, estocadas em julho de 1977, só restavam, naquela Comunidade, 664 mil t, em janeiro de 1979, com previsão de que chegariam a 218 mil t, em janeiro de 1980. Felizmente, ainda há disponibilidade. É certo, porém, que se anteriormente a alta estocagem facilitava as decisões de importação para o abastecimento interno, a partir de agora tal fato não ocorre mais, devendo ser encarada com mais racionalidade a questão da produção interna de leite. ●